



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A**  
**RADIODIFUSÃO NA VENEZUELA**  
**PROCESSOS COMUNICACIONAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS**  
**EM MÍDIAS COMUNITÁRIAS**

**MARCELO RACY**

**Rio de Janeiro**  
**2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A**  
**RADIODIFUSÃO NA VENEZUELA**  
**PROCESSOS COMUNICACIONAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS**  
**EM MÍDIAS COMUNITÁRIAS**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
Como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo

**MARCELO RACY**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho**

**Rio de Janeiro**

**2009**

## FICHA CATALOGRÁFICA

RACY, Marcelo.

A Revolução Bolivariana e a Radiodifusão na Venezuela: processos comunicacionais contra-hegemônicos em mídias comunitárias. Rio de Janeiro, 2009.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO

Orientador: Eduardo Granja Coutinho

## **SUMÁRIO**

- 1. Introdução**
- 2. Retrospectiva histórica:**  
**1992 / 2008 – Rompendo o cerco midiático**
- 3. Cronologia**
- 4. 2007: RCTV fora do ar**
- 5. Hegemonia e contra-hegemonia: o papel das mídias comunitárias e públicas na constituição de um novo bloco político na Venezuela.**
- 6. O Marco Regulatório da radiodifusão: reforma ou revolução?**
- 7. Conclusão**
- 8. Referências Bibliográficas**

## 1 - INTRODUÇÃO

“Não consigo entender essa demonização do Hugo Chávez criada pela esquerda européia. Para mim, isso é um verdadeiro mistério metafísico. Como pode uma pessoa que, no espaço de seis anos, vence nove consultas às urnas de modo democrático e transparente continuar a ser tratada como um monstro tirano e sanguinário? E estamos falando de um país onde existe uma liberdade de imprensa como em poucos outros lugares e onde não existe nenhum prisioneiro político. É algo que talvez se explique em termos freudianos, talvez seja a reação de uma esquerda que se nega a qualquer entusiasmo em razão das derrotas do passado ou pela orfandade de muitas revoluções naufragadas. Mas daí a se pretender tutora das escolhas políticas e das revoluções do sul do mundo vai uma grande distância”

Eduardo Galeano  
(MÍNÁ, 2007, p. 59)

A perplexidade do célebre autor de “As Veias Abertas da América Latina” frente ao processo político em curso na Venezuela é também a de muitos brasileiros que, vinculados às tradições históricas do pensamento de esquerda, teimam em deitar olhar mais acurado sobre o cerco midiático interposto ao exercício da soberania popular naquele país.

Sem qualquer pretensão de neutralidade ou de quaisquer outros nobres qualificativos igualmente etéreos e próprios das mentes incautas, este breve trabalho se propõe a uma reflexão acerca dos processos comunicacionais hegemônicos e contra-hegemônicos que atravessam o cenário político do que, doravante, chamaremos Revolução Bolivariana.

O processo revolucionário liderado por Hugo Chávez é pródigo em ensejar desconcertantes perplexidades e inquietudes à direita e à esquerda pelo que traz de novo em termos da quebra de paradigmas políticos historicamente consolidados. Com efeito, falamos de uma revolução que nasceu e se desenvolve nos marcos da institucionalidade democrático-burguesa mas que, embora permaneçam ainda intocados os princípios

basilares do sistema do capital, aponta para a sua inequívoca superação ao elevar ao plano ético-político amplas camadas subalternas da sociedade venezuelana, até então marginalizadas, reificadas como objetos de produção e consumo e reduzidas à condição de pacientes do parco assistencialismo oficial. Se, estrito senso, não podemos falar em Socialismo na Venezuela, tampouco podemos falar em capitalismo em sua forma clássica de eterno sacrifício de vastos contingentes de miseráveis aos pés do sagrado altar do livre mercado com estado mínimo. Se, como diz Rafael Correa, é finda a longa noite do neoliberalismo na América Latina, assistimos no país de Hugo Chávez a um vigoroso e inequívoco movimento rumo a um novo padrão civilizatório, para usar uma expressão tão ao gosto do saudoso Florestan Fernandes.

São recorrentes nas grandes corporações midiáticas as acusações de que Chávez, com sua revolução bolivariana, promoveu uma profunda divisão na sociedade venezuelana: os “chavistas bolivarianos” de um lado e aqueles que por ele nutrem ódio visceral de outro. É certo que as paixões políticas se exarcebaram no país mas, cabe indagar, algum dia a sociedade venezuelana foi una e homogênea?

Enquanto o equilíbrio do conflito distributivo na Venezuela pendia para o campo dos grandes capitalistas e das camadas médias urbanas comensais dos dividendos da poderosa indústria petrolífera, nada diziam. Agora, quando os recursos provenientes da exploração de um patrimônio natural que é de todo o povo se converte em promoção universal da cidadania para os de baixo e na constituição de novos sujeitos históricos, a grita é uníssona e geral. É a velha cantilena direitista para quem a sociedade é sempre um harmônico tecido de práticas e desejos convergentes que, à parte algumas patologias a exigir tópicas compensações aqui e ali, só experimenta o conflito e o sobressalto por força da ação desestabilizadora de elementos alienígenas e suas ideologias exóticas.

É missão impossível, até mesmo para os mais destacados ideólogos da ordem do capital, compreender e explicar as sucessivas vitórias eleitorais de Hugo Chávez se não pela emergência de um vigoroso processo comunicacional contra-hegemônico no âmbito da sociedade civil venezuelana. Tendo contra si o fogo cerrado de mais de 90% dos meios de comunicação privados, entre eles a famigerada Radio Caracas Television- RCTV, Chávez chegou ao poder em radical ruptura com o consenso conservador induzido por elas e para elas e por décadas protagonizado pela social-democrata Ação Democrática- AD e o

democrata-cristão COPEI, em eterna alternância no poder outorgada pelo *Pacto de Punto Fijo*, convenção política inspirada na máxima “para que tudo mude e fique tudo exatamente como está”.

Numa perspectiva gramsciana, é razoável afirmar que a alternância no poder deu lugar a uma alternância de poder, agora o poder popular organizado nos Conselhos Comunais e outras formas de expressão política dos movimentos sociais que se multiplicam por todo o país. Um poder que, para além da sociedade política convencional, soma-se à conquista eleitoral do aparelho de estado numa profícua complementaridade para a transformação das relações sociais reificadas na lógica da produção/consumo capitalista. Um poder dual, sem dúvida, mas que se diferencia do dualismo antagônico teorizado por Lênin acerca dos soviets na Rússia de 1917 exatamente pela relação dialética de unidade-distinção entre as instâncias do poder popular e a gestão bolivariana do aparelho de estado, uma relação de mútua determinação e fortalecimento, uma espécie de estado ampliado à esquerda, só possível pela conquista, nos marcos da institucionalidade democrático-burguesa, da instância máxima do poder de estado expresso na Presidência da agora Bolivariana República da Venezuela. Nesse contexto, cabe citar Rodrigo Dantas em “Comunicação e Contra-hegemonia”:

Não se trata aqui de postular o poder mágico da “clarificação ideológica”: o que está em jogo, antes de tudo, é a superação concreta das formas práticas, institucionais e organizativas defensivas pela construção de estratégias e mediações que permitam que as formas práticas de luta e de organização dos trabalhadores não só apontem claramente na direção de uma nova forma de sociabilidade, mas contenham já, em seu próprio interior, como ensaios de vida nova, os germes das novas práticas e relações sociais que precisamos construir. Para além das velhas formas institucionais de representação do proletariado, os conselhos de trabalhadores, os soviets, as experiências das fábricas ocupadas em todo mundo, os caracoles zapatistas no México, os ayllus indígenas na Bolívia e algumas experiências bem sucedidas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST) são alguns exemplos que apontam a direção a ser seguida (In: Coutinho, 2008, pág. 113)

Fruto dessas formas autogeridas de organização popular, que ensaiam as mediações de uma nova vida societal, surgem em profusão na Venezuela os instrumentos midiáticos

de contra-hegemonia na forma de centenas de rádios e TV's comunitárias. Afinadas com as proposições bolivarianas de transformação social, são, elas próprias, meio e fim em si mesmas na exata medida em que “expressam uma contra-tendência ao fenômeno da reificação, criando e difundindo uma consciência não reificada ou, como diria Gramsci, organizando a visão de mundo das camadas subalternas, como importantes instrumentos de contra-hegemonia” (Ibid.) .

O apoio decidido e incondicional do governo Chávez às mídias comunitárias, autônomas e autogeridas, não deixa dúvidas sobre sua importância estratégica central no aprofundamento do processo bolivariano de transformação social e, sobre isso, trataremos em capítulo próprio.

Por método, este trabalho funda-se na análise de discurso ao cotejar matérias jornalísticas de diversos meios de informação com a bibliografia que trata das questões de hegemonia e contra-hegemonia nos processos históricos de superação do sistema do capital. Trata-se, portanto, de se ater ao contraditório na identificação de forças sociais e políticas em franco antagonismo na Venezuela. A bibliografia que trata especificamente da questão venezuelana e dos processos comunicacionais contra-hegemônicos em curso no país adiantam, em grande medida, essa análise, o que busco registrar em exegese.

Por emblemático do esforço das grandes corporações midiáticas locais, e também do resto do mundo, em enquadrar Chávez no arquétipo do típico ditador latino-americano, o episódio da não renovação da concessão pública da RCTV – Rádio Caracas Television em 2007 exige uma análise mais cuidadosa. Trazer à luz do debate franco e aberto o papel desta emissora na articulação do malogrado golpe de abril de 2002 é imperativo de honestidade intelectual e condição para escaparmos das simplificações manipuladoras do conceito de liberdade de expressão, tomado em termos absolutos e idealizados tal qual não existe em parte alguma do mundo.

Para uma melhor contextualização do papel das rádios e TV's públicas e comunitárias no processo político em andamento na Venezuela, salvaguardadas as necessárias distinções entre umas e outras, julgamos oportuno também um breve relato histórico em retrospectiva desde o surgimento de Chávez e do bolivarianismo no cenário político venezuelano em 1992 até os dias atuais.



## 2- HISTÓRIA : 1992 / 2010 – Rompendo o cerco midiático

### 1992

Quando, em fevereiro de 1989, o povo pobre dos *barrios* do entorno de Caracas tomou as ruas da capital em violentos protestos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, algo muito maior e subjacente à revolta popular começou a se por em movimento na Venezuela. Dias antes, o governo corrupto do social-democrata Carlos Andrés Pérez, traindo a retórica popular e as promessas de campanha, assinava carta-compromisso com o Fundo Monetário Internacional, ajustando o país à agenda neoliberal ditada pelo Consenso de Washington. Dentre as medidas, o de sempre: forte contenção dos gastos públicos, restrição ao crédito, vigoroso reajuste tarifário, extinção de subsídios e choque fiscal.

Em 28 de fevereiro, o governo declara estado de emergência e suspende as garantias constitucionais atinentes às liberdades civis, proíbe assembléias e reuniões comunitárias e decreta toque de recolher a partir das seis da tarde até as seis da manhã.

O episódio, que passou à história como *Caracazo*, deixou milhares de mortos vítimas de violenta repressão e traumas profundos na sociedade venezuelana. Em meio ao mal estar geral instalado no seio das Forças Armadas, convocadas à repressão dos protestos populares, e ao caldo político decorrente do agravamento da crise social, um grupo de militares de baixa e média patentes, liderados pelo então tenente-coronel Hugo Chávez e reunidos no clandestino Movimento Bolivariano Revolucionário, começa a organizar o levante militar contra o governo constitucional de Perez. Grupos de discussão se multiplicam nas casernas ao passo que se articulam com diversos segmentos da sociedade civil, em particular, os professores universitários. No horizonte político do movimento, a reforma e o combate à corrupção nas Forças Armadas e a inauguração de uma nova República de base popular e orientação anti-imperialista.

Em 4 de fevereiro de 1992 irrompe a sublevação militar em Caracas e outras localidades que, por ter-lhe faltado o suporte de um amplo movimento popular de massas, foi rapidamente desarticulada com a pronta intervenção dos contingentes militares leais ao governo. Embora fracassada, a tentativa de por fim ao governo social-democrata de Pérez e

sua agenda neoliberal contou com a aprovação de mais de 60% da população, segundo institutos de opinião locais, tal o desencanto com a queda persistente do nível de vida das camadas subalternas da população e a corrupção generalizada e sem combate em todos os níveis da administração pública. A título de ilustração, cabe registrar que em 1988, após três décadas de alternância COPEI/AD no poder, 38,5% da população venezuelana se encontrava abaixo da linha de pobreza e a inflação batia a marca dos 40,3% ao ano.

Detido, Chávez foi à televisão e assumiu a responsabilidade pessoal pelo fracassado movimento que lhe rendeu dois anos de prisão mas que, em que pese o insucesso, o projetou no cenário político venezuelano como um militar político atento às necessidades mais urgentes dos extratos mais populares da sociedade venezuelana.

Sobre o episódio, vale registrar as palavras de Rafael Caldeira, o senador vitalício do conservador partido democrata-cristão COPEI, em discurso no parlamento que deixou atônitos muitos de seus pares:

É difícil pedir às pessoas que lutem por liberdade e democracia, quando elas pensam que liberdade e democracia não serão capazes de alimentá-las e impedir esse exorbitante aumento no custo de vida; quando não foram capazes de lidar com eficácia com a praga da corrupção. O golpe deve ser censurado e condenado, mas seria falso de nossa parte, sem prestar atenção a seus objetivos, pensar que estamos lidando meramente com alguns poucos e ambiciosos oficiais, atribuindo-lhes precipitadamente uma aventura (ALI, 2008, p.77).

De fato, é inegável que a rebelião militar reverberou profundamente na sociedade política venezuelana a ponto de, um ano após a prisão de Chávez, Carlos Andrés Pérez ter sido afastado da Presidência da República sob a acusação de corrupção.

## **1998**

Em meio à frustração popular com a adesão da social-democracia venezuelana às teses neoliberais do Consenso de Washington, acentua-se a piora de todos os indicadores sociais com 66,7% da população abaixo da linha da pobreza enquanto os 10% mais ricos

arrebataavam 50% da renda nacional. Chávez, já em liberdade, retoma seu périplo de articulações com os movimentos sociais e partidos de esquerda e constrói uma vigorosa campanha à Presidência da República nas eleições de 1998. Alicerçado na ação militante dos Círculos Bolivarianos, reuniu em torno de seu *Movimento Quinta República*, sucedâneo do *MBR*, o apoio de outras agremiações de esquerda como o *Pátria para Todos*, *Movimento ao Socialismo* e o *Partido Comunista Venezuelano*.

Em 06 de dezembro de 1998, Chávez é eleito com 56% dos votos e, “jurando em nome dessa constituição moribunda”, assume a Presidência da República em fevereiro do ano seguinte com o firme propósito de convocar um referendo sobre a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a quem caberia a reorganização do estado e a definição do arcabouço legal das novas relações sociais e econômicas que constituiriam a base de seu *Socialismo do século XXI*.

Com o apoio de mais de 70% dos venezuelanos, a convocação da Constituinte é aprovada e instala-se em julho de 1999, com o Pólo Patriótico, a coligação chavista, ocupando 120 dos 131 assentos. Novo referendo e a Constituição da V República é aprovada por 71,21% dos votantes.

Com a vigência da nova ordem constitucional, novas eleições presidenciais e legislativas são convocadas e Hugo Chávez é reeleito em 2000 com 59,7% dos votos. Como vemos, é certo que a consolidação do projeto bolivariano não carece de bases democráticas ou do apoio da maioria dos venezuelanos. De posse de toda a legitimidade emersa das urnas, dá-se início às nacionalizações no setor petrolífero e à desconcentração fundiária através das *Leis dos Hidrocarbonetos* e de *Terras e Desenvolvimento Agrário*.

No campo dos programas de inclusão social e educação e saúde públicas, o Governo Chaves pode comemorar significativas conquistas logo em seus primeiros anos. O orçamento para a saúde pública saltou de 2 para 5% do PIB, revertendo um quadro de alarmante exclusão fruto de décadas de selvagem privatária. Com a ajuda preciosa de médicos cubanos integrados às missões bolivarianas e a instalação de alguns milhares de postos de saúde nas comunidades mais carentes, experimentou-se uma sensível queda nos índices de mortalidade infantil.

Na Educação, os avanços não foram menores com a volta de mais de meio milhão de crianças aos bancos escolares. Eliminaram-se todas as taxas cobradas nas escolas públicas, fator de exclusão de milhares de jovens, e, só no ano de 2003, três novas universidades foram inauguradas ao passo que 1,2 milhão de adultos foram alfabetizados o que, virtualmente, representa a eliminação do analfabetismo no país.

A isso, somam-se programas de geração de renda pela via do apoio às pequenas empresas familiares e cooperativas, bem como a execução de uma corajosa reforma agrária que, a despeito da obstinada oposição das oligarquias rurais, resultou, até o final de 2003, na distribuição 2,3 milhões de hectares a quase 117 mil famílias.

## **2002**

Como resultado da reorientação radical das ações do estado, notadamente no que toca à nacionalização do setor petrolífero e ao avanço da reforma agrária, setores oligárquicos do empresariado aliados ao grande latifúndio lançam-se à conspiração e põe em marcha um plano para derrubar o governo constitucional de Hugo Chávez.

Em fevereiro desse ano, o governo decide retomar o controle da poderosa PDVSA – Petróleo de Venezuela S.A., a estatal que responde por 90% das exortações venezuelanas e por 50% da arrecadação tributária, e demite vários de seus diretores ligados às transnacionais do setor e remanescentes do Pacto de Punto Fijo, a até então longa e conservadora alternância AD/COPEI no comando do país.

A Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, ligada à corrupta social-democracia local (Ação Democrática) e com muitos dos quadros de sua aristocracia sindical empuleirados em posições de comando na estatal, não tardou em convocar uma greve geral em “solidariedade” aos demitidos. Inicialmente convocada para o dia 9 de abril de 2002, a greve se estendeu e conseguiu impactar sobremaneira a economia venezuelana como instrumento e parte constitutiva da estratégia conservadora de desestabilização do governo. A produção dos campos petrolíferos, fonte primária dos recursos financiadores dos programas sociais, foi parcialmente paralisada e a sabotagem empresarial logrou causar sérios problemas de abastecimento.

Tudo fazia lembrar o “levante” do empresariado e da classe média contra o governo constitucional de Salvador Allende no Chile de 1973 e, para tanto, não faltou a seus compromissos históricos a grande mídia monopolista. As cinco maiores redes privadas de televisão – Venevisión, RCTV, Globovisión e CMT – com o apoio periférico de nove entre os dez jornais de maior circulação ( El Universal, El Nacional, Tal Cual, El Impulso, El Nuevo País e El mundo entre eles), desnudaram sua natureza partidária e repercutiram à exaustão os manifestos grevistas e os chamados à derrubada do governo. Ilustrativo do discurso raivoso e ofensivo das grandes corporações midiáticas contra Chávez naqueles dias turbulentos é a manchete do El Nacional em 21 de março de 2002: *“Hugo Chávez admite ser o chefe de uma rede criminosa”*.

Como se fosse crível que algum chefe de governo pudesse assumir, de público, tais qualificativos justamente em meio a uma crise política de proporções terminais.

Sobre isso, vale reproduzir trecho de um artigo publicado pelo editor sênior do *Le Monde Diplomatique*, Maurice Lemoine, sobre o papel de aparelhos privados de hegemonia exemplarmente desempenhado pela mídia venezuelana no auge da crise:

Assumiram o papel dos partidos políticos tradicionais, prejudicados pela vitória eleitoral do presidente. O monopólio da informação lhes assegurava uma posição de força. Davam apoio à oposição, só raramente reproduziam declarações oficiais e nunca mencionavam o grande apoio de que desfrutava e que fora confirmado pelas urnas. Sempre descreviam os bairros operários como áreas onde não se devia ir, pois eram habitadas por perigosos ignorantes e delinquentes. Sem dúvida, não podemos considera-los fotogênicos, mas daí a ignorar lideranças de classe e organizações. (ALI, 2008, p. 86)

Embalados pelo cerco midiático imposto a Chávez e o ambiente político cuidadosamente engendrado, a Federación de Câmaras de Comércio y Producción – Fedecâmaras, a CTV e outras entidades representativas dos segmentos médios da sociedade venezuelana convocam, em 11 de abril, uma grande manifestação movida por palavras de ordem golpistas e com o firme propósito de exigir a derrubada do governo constitucional. Fartamente convocada pelas emissoras privadas de TV e transmitida ao vivo, a manifestação é desviada de seu trajeto original e, não por acaso, rumo para o Palácio

Presidencial de Miraflores, onde ocorria uma outra massiva manifestação de apoio ao presidente bolivariano.

Essa repentina mudança de rumo da manifestação anti-Chávez, decidida sabe-se lá por que esferas da conspiração em curso, não tinha outro propósito que não o confronto aberto com os manifestantes chavistas. O *El Nacional*, um dos jornais mais virulentos em seus ataques sistemáticos ao governo bolivariano, publica edição extraordinária no início da tarde estampando a inconfundível manchete: ***A Batalha Final Será em Miraflores***. Talvez buscassem os mártires que pudessem precipitar o golpe já em avançada maturação nos meios empresariais e militares ligados à velha política da AD/COPEI.

Em meio a confusão das multidões em confronto, quinze manifestantes perdem a vida e dezenas saíram feridos. A mídia golpista, de imediato, debitou os mortos na conta de Hugo Chávez e seus apoiadores e expressões como “assassino”, “tirano” e “sanguinário” foram ouvidas à exaustão nos Tele-Editoriais noturnos das grandes redes de TV privadas: *Venevision*, de Gustavo Cisneros, *Globovision*, de Alberto Federico Ravel, *Televen*, de Victor Ferrer, e a agora célebre *RCTV*, de Marcel Granier.

O governo repeliu enfaticamente as acusações sobre sua responsabilidade nas mortes e, algum tempo depois, em 2003, o documentário irlandês *A Revolução Não Será Televisionada*, de Kim Bartley e Donnacha O’Brian, viria a desmascarar definitivamente a grosseira edição das imagens transmitidas pelos telejornais de forma a imputar aos militantes bolivarianos a responsabilidade pelos disparos.

O mote para o golpe, no entanto, já estava dado e é farta a documentação que comprova ter sido gestado há mais de ano nos círculos conservadores civis e militares e no Departamento de Estado Norte-Americano.

Em 12 de abril, Chávez é detido por militares golpistas e levado para Forte Tiuna, sede do Estado Maior do Exército, onde é comunicado de sua destituição. O comandante das Forças Armadas, General Lucas Rincón, anuncia, em cadeia de nacional de rádio e TV, a renúncia do presidente constitucional - o que, a rigor, nunca aconteceu - e a posse de Pedro Carmona Estanga, o líder da confederação empresarial Fedecámaras, como presidente interino da Venezuela. Nos gabinetes golpistas, a presença de militares norte-americanos armados viria depois a ser confirmada em depoimentos dos próprios

amotinados, bem como a presença de navios de guerra da Marinha americana em águas territoriais venezuelanas.

Sobre a intervenção norte-americana na arquitetura do golpe, vale transcrever o que disse Phillip Agee, ex-agente da CIA e autor de *Inside The Company*, um relato explosivo sobre os métodos de terror e tortura empregados pela agência estadunidense na América Latina:

O programa de intervenção política na Venezuela é um a mais entre vários no mundo dirigido principalmente pelo Departamento de Estado (DS), pela Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), a Agência Central de Inteligência (CIA), Fundação Nacional pela Democracia (NED, juntamente com a Fundação Nacional pela Democracia (NED, juntamente com outras quatro fundações, que são o Instituto Republicano Internacional (IRI), do Partido Republicano; o Instituto Democrático Nacional (NDI), do Partido Democrata; o Centro para a Empresa Privada Internacional (CIPE), da Câmara de Comércio dos EUA; e o Centro Americano para a Solidariedade Trabalhista Internacional (ACILS), da AFL-CIO, a maior central sindical do país. Além disso, o programa tinha o apoio de uma rede internacional de organizações afiliadas. Várias organizações realizaram operações através de funcionários da AID, na embaixada norte-americana em Caracas e através de três escritórios “particulares” na capital venezuelana, sob o controle da embaixada: o IRI (criado em 2000), o NDI (criado em 2001) e um contratado pela AID, uma empresa se consultoria norte-americana chamada Development Alternatives Inc. (DAÍ, 2002). Esse três escritórios desnevelaram operações com dezenas de beneficiários venezuelanos, pra quem davam dinheiro proveniente do DS, da AID, do NED e, embora não haja até agora provas, muito provavelmente da CIA. As operações dos três primeiros foram amplamente detalhadas em centenas de documentos oficiais obtidos pelo jornalista norte-americano Jeremy Bigwood, graças a pedidos baseados no Ato da Liberdade de Informação, uma lei que determina que o governo forneça documentos secretos, embora muitos sejam censurados. (ALI, 2008, p.89)

Carmona, em seus primeiros atos como presidente de fato, suspende a Constituição, dissolve a Assembléia Nacional e decreta o recesso da Suprema Corte atribuindo, a si próprio, poderes extraordinários.

Enquanto Chávez era levado prisioneiro para a ilha de La Orchila, as mídias comunitárias põem-se em ação e iniciam um amplo trabalho de mobilização do povo pobre do entorno de Caracas e convocam uma grande manifestação popular em apoio ao presidente deposto. Ao mesmo tempo, militares leais a Chávez articulam o contra-golpe e

conseguem a adesão da guarda presidencial no Palácio de Miraflores, já então cercado pela multidão.

Em La Orchila, enquanto o Cardeal Ignacio Antonio Velazco esforçava-se por conseguir uma carta-renúncia de Chávez, chegavam as primeiras notícias do fracasso do golpe em razão da grande mobilização popular e da lealdade de inúmeras unidades militares ao presidente deposto. Um comando de pára-quedistas o resgata da prisão na ilha e o conduz de volta ao palácio presidencial.

Derrotado decorridas menos de 48 horas desde a prisão de Chávez, o golpe urdido por militares ligados à velha política, empresários e a grande mídia privada venezuelana colecionou apoios editoriais na imprensa conservadora ao redor do mundo. Por emblemático, transcrevemos abaixo matéria publicada no *New York Times* em 13 de abril de 2002:

Com a renúncia, ontem, do presidente Hugo Chávez, a democracia venezuelana não está mais ameaçada por um candidato a ditador. O Sr. Chávez, um demagogo arrasado, deixou o cargo depois da intervenção militar e entregou o poder a um respeitado líder empresarial, Pedro Carmona....A crise desta semana começou com uma greve geral contra a substituição de gerentes profissionais da companhia estatal de petróleo por protegidos políticos. Uma grave reviravolta ocorreu quinta-feira, quando aliados armados de Chávez atiraram contra pacíficos grevistas, matando pelo menos 14 e ferindo centenas. A resposta de Chávez foi característica. Tirou cinco estações privadas de televisão do ar por mostrarem imagens do massacre. Na manhã de ontem, foi forçado a renunciar por comandantes militares, que não desejavam ordenar que suas tropas atirassem contra compatriotas venezuelanos para mantê-lo no poder. Foi levado para uma base militar e poderá enfrentar processos pela matança de quinta-feira. ( Ali, 2008, pág.85, 2008)

A matéria, fruto de invencionice manipuladora de notável má fé, dá bem a medida do grau de envolvimento da mídia venezuelana e internacional com o malogrado golpe de abril de 2002. Com efeito, o vice-almirante Victor Ramirez, um dos líderes do golpe, em entrevista ao canal Venevisión em 11 de abril de 2002, torna explícito tal apoio ao agradecer, exultante, o papel desempenhado pela grande mídia na deflagração do movimento golpista: “Tínhamos uma arma mortal: a mídia. E agora, que tenho a oportunidade, quero congratulá-los”.



Tão vergonhosa quanto a partidarização da grande mídia no planejamento e convocação do golpe, foi o silêncio absoluto quanto aos acontecimentos posteriores ao retorno de Chávez ao comando do país. Nenhuma imagem das comemorações nas ruas ou do discurso do presidente à multidão reunida em frente ao Palácio Presidencial de Miraflores.

Em dezembro do mesmo ano, nova tentativa de desestabilização política do governo de Hugo Chávez tem lugar com a greve geral convocada pela aristocracia sindical da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela com o apoio dos lobistas que, por décadas, controlaram a Petróleo de Venezuela S.A. e a mantinham a serviço dos grandes cartéis internacionais do petróleo. Contavam, ainda, com a adesão de alguns sindicatos de classe média como o dos médicos e engenheiros, num movimento que em muito nos faz lembrar o Chile às vésperas do golpe facínora contra a Frente Popular de Salvador Allende.

Com cerca de metade dos poços e refinarias da PDVSA parados, o lockout empresarial e a surpreendente sabotagem dos armadores internacionais, que deram ordens explícitas para que seus navios não embarcassem ou desembarcassem uma gota sequer de petróleo venezuelano, buscava-se sufocar a economia, promover o desabastecimento e, assim, minar a popularidade do governo bolivariano. Para tanto, concorreu também a paralisação dos médicos no país, que deixou sem assistência milhões de venezuelanos pobres. A solidariedade internacionalista do governo cubano se fez presente diante da gravidade da situação e, em duas semanas, chegaram ao país milhares de médicos provisionados com remédios e hospitais de campanha para atender a população desassistida. O choque positivo da intervenção dos médicos cubanos na saúde pública venezuelana se faz sentir até hoje, com milhares de clínicas 24 horas e médicos de família espalhados por todo o país.

Mais uma vez a mobilização popular soube resistir às adversidades cuidadosamente arquitetadas pela oposição e Chávez saiu-se vitorioso após nove semanas de confronto aberto com a greve geral golpista.

## **2004**

Em 2004, a oposição volta à carga e vale-se de um dispositivo da Constituição Bolivariana que tanto havia criticado para convocar um referendo sobre a permanência de Chávez no poder. Registre-se que tal dispositivo, que prevê a possibilidade de destituição do Presidente da República pela via de plebiscito convocado por iniciativa popular,

consagra o caráter democrático da Constituição Venezuelana que só encontra paralelo na carta suíça.

A tropa de choque midiática a serviço da oposição conservadora arregaça as mangas e dá início a intensiva campanha publicitária conclamando os venezuelanos a subscreverem o abaixo-assinado em favor do referendo. Sobre a iniciativa oposicionista, Chávez lamenta-se em entrevista concedida a Tárik Ali em agosto de 2004:

Tanto o golpe quanto a greve foram ruins, mas essas duas tentativas de nos destruir também nos legaram muitas lições. Acho que ganhamos mais do que nossos opositores com elas. Agora pressionam em favor desse referendo. Muitos de nós tem a convicção de que centenas, senão milhares, de assinaturas entre as coletadas são fraudulentas, mas esse é um direito constitucional que demos às pessoas. Não vamos interferir. Não tenho certeza, mas acho que vamos ganhar. A maioria das pessoas consegue ver o que se pretende....depois do fracasso do golpe e da greve estão tentando isso, mas é melhor assim. Deveriam ter usado esse método em 2002. E se fracassarem? Fidel está convencido de que tentarão o assassinato. Se o fizerem, podem provocar uma guerra civil... (Ali, 2008,pág. 92)

Nesse mesmo agosto de 2004, o povo venezuelano foi às urnas e, com 58% dos votos, confirmou Hugo Chavez no poder até o fim de seu mandato. A oposição e a grande mídia golpista, ainda uma vez, intentou questionar a lisura do referendo com falsas acusações de fraude, mas foi amplamente desautorizada pelos pareceres de inúmeros observadores internacionais que atestaram sua legitimidade. Entre eles, o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, para quem aquele plebiscito havia sido “uma das eleições mais livres que já tinha visto”. Por conta dessas declarações, foi insultado e quase agredido fisicamente por enfurecidos oposicionistas em um luxuoso restaurante localizado num dos bolsões de frivolidade e riqueza da velha Caracas.

## 2006

Desacreditada pelo fracasso de seus inúmeros planos golpistas e pela sensível melhora de todos os indicadores sociais obtida na vigência do governo bolivariano pela ação decisiva das *Misiones Sociales*, a oposição se unifica em torno da candidatura de Manuel Rosales às eleições presidenciais de 2006. Rompendo mais uma vez o cerco midiático interposto às forças populares que congrega, Chávez vence as eleições com 62,9% dos votos e consagra a democracia venezuelana, mesmo quando examinada sob o olhar restrito da institucionalidade democrático-burguesa.

Ainda em 2006, Chávez unifica, sob a bandeira do Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV, muitos das dezenas de partidos e organizações políticas que integravam a ampla coalizão de esquerda constituída em torno de sua candidatura. O *Partido Comunista da Venezuela* e o *Pátria para Todos* optam por seguir com suas identidades políticas independentes.

Em 2007, a Assembléia Nacional aprova emenda à Constituição Bolivariana que, entre outras mudanças, propõe a extinção dos limites legais à reeleição dos ocupantes de cargos majoritários a ser reiterada pela via do referendo popular. Em 02 de dezembro do mesmo ano, Chávez sofre o seu primeiro revés político desde que chegou ao poder em 1998. Com alto índice de abstenção – o voto na Venezuela não é obrigatório – a proposta de reeleição ilimitada é derrotada por pouco mais de 51% dos votos.

## 2009

Refeito do revés político sofrido em 2007, Chávez lança-se à campanha pelo “sim” no referendo popular sobre as reformas constitucionais aprovadas pela Assembléia Nacional em dezembro de 2008. Entre outras propostas, os venezuelanos são novamente convocados a opinar sobre o fim do impeditivo constitucional à reeleição ilimitada para todos os cargos majoritários.

Em clima de grande polarização ideológica, oposição e chavistas realizam uma campanha com acusações exacerbadas de lado a lado. Manuel Rosales, prefeito de Maracaibo e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2006, dá bem a medida da radicalização política ao pedir aos venezuelanos que votem “Não”: “A reforma constitucional proposta esconde o início de um estado castro-comunista, eliminaria a propriedade privada ao povo da Venezuela. Aquele que tem uma casinha, uma bicicleta, saiam a defendê-las”.

Em 15 de fevereiro, na 15ª consulta às urnas desde que Chávez assumiu a Presidência da República em 1999 e com o comparecimento de mais de 70% dos eleitores habilitados, as reformas constitucionais são aprovadas com 53,9% dos votos. Com o resultado, o presidente bolivariano poderá, se reeleito, permanecer no poder para além de 2012.

**2010**

Em 21 de abril de 2010, por decisão da Comissão Nacional de Telecomunicações da Venezuela, a CONATEL, seis canais de TV a cabo foram suspensos e sua programações retiradas do ar. Entre eles, a famigerada e golpista RCTV.

Ao contrário do que se apressou em alardear a grande mídia mundial, esses canais de TV por assinatura não foram censurados, cassados ou coisa que o valha. Foram simplesmente punidos por terem se recusado a transmitir os pronunciamentos oficiais do Presidente da República em rede nacional, conforme o disposto na legislação vigente.

A grita opositorista se fez reverberar no mundo inteiro e logo as organizações internacionais de jornalistas e a Associação Interamericana de Direitos Humanos se perfilaram na condenação de mais um ato do governo bolivariano contra a “liberdade de expressão” na Venezuela.

Ora, mas onde fica a liberdade de expressão do Presidente da República com a decisão política das emissoras punidas de subverterem, às escancaras, a Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, a Lei RESORTE?

Já foi dito que, dadas as debilidades políticas da oposição venezuelana e sua crônica incapacidade de produzir lideranças confiáveis aos olhos do povo, a própria mídia encarnou esse papel de manter sob fogo cerrado o governo popular de Hugo Chávez. Algo legítimo se considerarmos as questões classistas subjacentes aos antagonismos que movimentam a sociedade venezuelana no presente. Mas o que fazer diante de flagrante descumprimento dos dispositivos regulatórios da radiodifusão no país?

À suspensão das transmissões da RCTV, Ritmo Son, Momentum, América TV, América Network e TV Chile, seguiram-se inúmeras manifestações pró e contra o governo de Hugo Chávez. Acusações infundadas de censura e constrição à liberdade de expressão foram firmemente combatidas pelo governo que não se cansa de repetir que, tão logo as emissoras punidas se adequem ao marco legal, terão novamente suas transmissões autorizadas.

Segundo o Diretor da CONATEL, Diosdado Cabello, “os canais que possuam mais de 70% de programação nacional em sua grade estão qualificados como Produtores Nacionais de Audiovisuais e, portanto, devem cumprir, entre outras obrigações legais, com a transmissão do Hino Nacional, das especificações da indicação classificatória da programação por idade e horário e com a transmissão compulsória de mensagens e pronunciamentos oficiais”.

### 3. CRONOLOGIA

**1989** – Em reação ao aumento das tarifas dos transportes públicos decorrentes dos ajustes econômicos e fiscais preconizados pelo FMI, eclode em Caracas violenta insurreição popular que ficou conhecida como Caracazo. O governo social-democrata de Carlos Andrés Perez declara estado de emergência e o episódio deixa milhares de mortos.

**1992** – Em 4 de fevereiro irrompe a sublevação militar contra o governo de Carlos Andrés Perez liderada pelo Tenente-Coronel Hugo Chávez. Derrotado o levante, Chávez é preso e assume a responsabilidade pessoal pelo fracassado movimento.

**1998** - Candidato à Presidência da República pela coalizão Movimento Quinta República, em 6 de dezembro Hugo Chávez é eleito com 56% dos votos.

**1999** – Com o apoio de mais de 70% dos venezuelanos, instala-se a Assembléia Nacional Constituinte com a missão de lançar as bases constitucionais da República Bolivariana da Venezuela.

**2000** – Com a vigência da nova ordem constitucional, novas eleições presidenciais e legislativas são convocadas e Chávez é reeleito com 59,7% dos votos.

**2002** – O governo retoma o controle da poderosa PDVSA – Petróleo de Venezuela S.A. e demite vários de seus executivos ligados à velha política e à aristocracia sindical da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela – CTV. Em solidariedade aos demitidos, a central sindical convoca greve geral que se estende por meses.

Em 11 de abril, manifestação oposicionista se dirige ao Palácio de Miraflores com o claro propósito de derrubar o governo constitucional. Em meio ao confronto com manifestantes chavistas, quinze manifestantes perdema vida. ]

Em 12 de abril, Chávez é destituído e preso por militares golpistas.

Em 13 de abril, é resgatado por militares leais à ordem constitucional e reconduzido ao poder.

**2004** – Plebiscito sobre a permanência de Chávez no poder por força de abaixo-assinado organizado pela oposição. Chávez permanece no poder com o apoio de mais de 58% dos venezuelanos.

**2006** - Nas eleições presidenciais desse ano, Chávez obtém 62,9% dos votos e derrota o candidato único das oposições Manuel Rosales. Nesse mesmo ano, inúmeros partidos e organizações políticas engajadas na revolução bolivariana se unificam sob a bandeira do Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV.

**2007** – A Assembléia Nacional aprova uma série de emendas à Constituição Bolivariana, entre as quais a que prevê a reeleição ilimitada para todos os cargos majoritários. Submetidas a plebiscito convocado para 2 de dezembro, as emendas são rejeitadas por pouco mais de 51% dos venezuelanos.

**2008** - Em dezembro, novas emendas constitucionais são aprovadas pela Assembléia Nacional removendo os impeditivos à reeleição ilimitada para todos os cargos majoritários.

**2009** - Em 15 de fevereiro, na 15ª consulta às urnas desde que Chávez assumiu a Presidência da República em 1999, as emendas constitucionais aprovadas pela AN no ano anterior são aprovadas por 53,9% dos venezuelanos. Com o resultado, Chávez poderá se candidatar à reeleição no pleito de 2012.

**2010** - Em 21 de janeiro, por decisão da CONATEL em cumprimento ao disposto no vigente marco regulatório da Radiodifusão na Venezuela, seis canais de TV a cabo foram suspensos e sua programação retirada do ar. A razão imediata da punição foi a recusa das emissoras, classificadas como produtoras nacionais de conteúdos, em transmitir pronunciamento oficial do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e Televisão.

#### 4. 2007: RCTV FORA DO AR

Em 27 de maio de 2007, a Rádio Caracas Television - RCTV lançou ao éter suas últimas transmissões em tv aberta na Venezuela. Um mês antes, o titular do Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação - MinCI Jessé Chacón Escamillo, já havia anunciado o fim da concessão pública para a emissora que teve papel destacado nas articulações preparatórias do malogrado golpe de abril de 2002.

Com a decisão, a grita geral das grandes corporações midiáticas ao redor do mundo não se fez esperar e cínicas defesas da imaculada “liberdade de expressão” deram a tônica nos seus tele-editoriais. Por óbvio, desnecessário dizer que nada foi dito acerca da absoluta legalidade da não renovação de uma concessão pública no âmbito do espectro radioelétrico, de acordo com o que dispõe o artigo 113 da Constituição Venezuelana e o artigo 73 da Lei orgânica das Telecomunicações.

Certamente a grande mídia sabe muito bem onde lhe aperta o calo e, por oportuno, sempre é tempo de defender seus interesses corporativos e levantar a bandeira da renovação automática, vitalícia e cartorial de suas concessões públicas. Algo assim tão progressista e democrático quanto as feudais capitânicas hereditárias.

Por outro lado, se são políticos, como sempre foram, os critérios de concessão pública de bandas de radiofrequência e se obedecem aos interesses circunstanciados dos mandatários de plantão, por quê não o seriam também os que determinam sua renovação?

É certo que a mídia eletrônica, nos dias atuais, protagoniza as mediações políticas no âmbito do que Gramsci, em sua teoria do Estado Ampliado, denomina sociedade civil. É ela, como aparelho privado de hegemonia, que forja a unidade ideológica dos grupos dominantes e dissemina os valores éticos da ordem do capital na busca da dominação consensuada dos seguimentos subalternos da sociedade. Sobre esse papel crucial na fabricação do consenso, Eduardo Granja Coutinho cita Gramsci ao escrever:

O comunista sardo não deixa de sinalizar o movimento pelo qual os nascentes mass-media, notadamente a indústria radiofônica associada à imprensa “marrom”, tornam-se os mais eficazes dos aparelhos de hegemonia,

desequilibrando a correlação de forças na sociedade civil em favor dos grupos dominantes.

“Entre os elementos que recentemente perturbaram a direção normal da opinião pública por parte dos partidos organizados em torno de programas definidos, devem ser postos na linha de frente a imprensa marrom e o rádio( onde estiver muito difundido). Eles possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem alcançar objetivos determinados, nas eleições, por exemplo.”

Gramsci percebe a influência decisiva que as novas tecnologias de informação começavam a provocar na esfera política. Foi precisamente o nazifascismo que tomou a dianteira no uso das novas “técnicas sociais”, iniciando, como observou Otávio Ianni em seu sugestivo ensaio O príncipe eletrônico, “um deslocamento radical do lugar da política e do modo de construir hegemonias e soberanias em todo mundo”.

Assim como o príncipe maquiavélico e o “moderno príncipe” gramsciano ( o partido político), o “príncipe eletrônico”, particularmente a televisão, “pode ser visto como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes”. É ele, hoje, o principal responsável pela organização da ideologia necessária à dominação burguesa e ao desenvolvimento das relações capitalistas. Este novo intelectual coletivo ocupa progressivamente os espaços dos demais aparelhos de hegemonia (partidos, sindicatos, movimentos sociais), exacerbando aquela tendência indicada por Gramsci. (COUTINHO, 2008, p.49)

Mas se nos é claro o caráter partidário dos grandes grupos de mídia, não seria atentatório à Liberdade de Expressão calar a voz da oposição? A resposta deve estar, necessariamente, mediada pelo papel nuclear desempenhado pela RCTV, inclusive sediando fisicamente a conspiração, na tentativa de subversão da ordem constitucional em abril de 2002. Ao veicular os discursos inflamados dos generais golpistas Nestor Gonzáles e Gualaicaipuro Lameda, conclamando a população ao golpe de estado, selou o destino de sua concessão tanto no plano político como – e sublinhe-se – no plano legal. Em nenhuma democracia do mundo a “liberdade de expressão” poderia ser confundida com a livre prática golpista de uma emissora de TV ao articular ostensivamente a derrubada de um governo eleito, de legitimidade incontestada e em pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais.

A rigor, pode-se afirmar, sem erro de cálculo, que os aspectos políticos da não renovação dessa concessão subordinaram-se aos aspectos legais, visto que aqueles estavam dados já em 2002 e seu prazo de vigência regular, estabelecido pela legislação em 15 anos, foi rigorosamente respeitado.

Por oportuno, vale reproduzir artigo do jornalista Marco Aurélio Weissheimer, da agência Carta Maior, pelas informações preciosas que traz sobre o frenesi de manipulação dos fatos que elevou a RCTV à condição protagônica no golpe de abril de 2002:



Nos últimos dias, os grandes grupos midiáticos brasileiros reproduziram à exaustão textos, comentários, editoriais e matérias de rádio e televisão sobre o golpe que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, estaria desferindo na liberdade de imprensa ao não renovar a concessão pública da RCTV, um dos grandes canais de TV privados daquele país. Na verdade, nem se fala em “não renovação da concessão”, mas sim em “fechamento” do canal. Outra sutileza lingüística ocorre quando esses grupos falam, sempre de modo lateral, sobre a “suposta” participação da RCTV na tentativa de golpe de Estado contra Chávez, em abril de 2002. O uso da palavra “suposta”, neste caso, pode significar duas coisas: desinformação ou má fé. Considerando a quantidade de material disponível sobre a participação da RCTV no golpe, a primeira alternativa deve ser logo descartada.

O papel desempenhado por jornalistas e executivos da RCTV, e de outros grandes grupos midiáticos venezuelanos foi admitido e aplaudido com orgulho pelos próprios protagonistas que hoje tentam se proteger atrás do escudo da “liberdade de imprensa”. Os mesmos agentes que produziram um bloqueio de informações, que articularam junto com os militares e empresários golpistas a tentativa de golpe, que pisotearam a Constituição venezuelana, hoje elevam seus gritos contra a ameaça à liberdade de expressão na Venezuela. São os mesmos também que apoiaram a retirada do ar da TV pública venezuelana, durante o golpe, para que a população não soubesse que Chávez não havia renunciado, mas sim preso pelos golpistas. São os mesmos que, no dia seguinte ao golpe, contavam na TV com orgulho como haviam ajudado a depor um presidente eleito pelo voto popular. Clique [AQUI](#) para ver um trecho do documentário “A Revolução não será televisionada” que mostra esse momento sublime da liberdade de imprensa. (Outros depoimentos similares podem ser vistos no site “Vi o Mundo” do jornalista Luiz Carlos Azenha, que também publicou o artigo de Naomi Klein, citado a seguir).

### **As mentiras da mídia venezuelana**

Esses fatos não são mencionados pela mídia brasileira. Muito pelo contrário. O telejornal Hoje, da Rede Globo, por exemplo, em sua edição de 28 de maio, afirma que Chávez acusou a RCTV de fazer oposição ao governo e, por isso, teria determinado o fechamento da mesma. Nenhuma referência foi feita ao papel da emissora durante o golpe. Para contrapor esse tipo de deformação, não custa lembrar o depoimento de um ex-diretor da própria RCTV sobre a atuação da emissora durante o golpe. Em um artigo escrito ainda em 2003, intitulado “As (muitas) mentiras da mídia venezuelana, Naomi Klein, conta a história de Andrés Izarra, ex-jornalista da RCTV, que disse que a campanha que culminou com a tentativa de golpe contra Chávez em 2002 “causou tanta violência contra a informação verdadeira que as quatro redes de tevê privadas deveriam perder o direito às suas concessões públicas”.

O currículo de Izarra não permite que ele seja “acusado” de chavismo. Ele foi ex-editor da CNN em espanhol para a América Latina até ser contratado

como gerente de produção do telejornal de maior audiência do país, El Observador, da RCTV. No dia 13 de abril de 2002, escreve Naomi Klein, um dia depois que o líder empresarial Pedro Carmona assumiu o poder, Izarra pediu demissão do emprego sob condições que descreveu como “de extremo stress emocional”. A partir daí, passou a denunciar a ameaça à democracia que surge quando a mídia decide abandonar o jornalismo e assumir uma posição política onde passa a usar seu poder de persuasão “para ganhar uma guerra causada pelo petróleo”. Não custa lembrar também, neste mesmo contexto, o papel da imensa maioria da mídia dos EUA que abraçou as mentiras do governo Bush no processo de invasão do Iraque.

([www.cartamaior.com.br/29/11/2009](http://www.cartamaior.com.br/29/11/2009))

Segundo a jornalista autora de *Cercas e Janelas*, importante referência bibliográfica dos movimentos anti-globalização, os grandes grupos midiáticos privados da Venezuela (Venevision, RCTV, Globovision e Televen) “trocaram a sua programação regular nos dias que antecederam o golpe por insistentes discursos anti-chavistas, interrompidos apenas por comerciais convocando os telespectadores a ocupar as ruas: Nenhum passo atrás. Saia! Saia! Saia Agora!”. Klein relata ainda que os anúncios eram patrocinados pela indústria do petróleo, que as emissoras colocavam no ar como se fossem de interesse público. Enquanto isso, forças leais a Chávez tentavam reagir e comunicar à população que o presidente havia sido preso e não renunciado como propalava a grande mídia. No mesmo artigo, a jornalista relata o depoimento do gerente de produção do principal telejornal da RCTV à época: “Izarra diz que recebeu instruções claras: nenhuma informação sobre Chávez, seus seguidores, seus ministros ou qualquer outra pessoa que, de alguma forma, possa ser realcionada a ele. O jornalista assistiu horrorizado enquanto seus chefes ativamente suprimiam as manchetes de última hora”

Como vemos, o *partido da mídia* na Venezuela despiu-se de todo falso pudor e mandou mesmo às favas o mito da neutralidade com que se procurava assediar as mentes incautas. E empenhou-se em sua missão precípua de produzir o consenso conservador em torno de velhos e encruados interesses contra os quais, imprudentemente, Hugo Chávez e os bolivarianos ousaram levantar-se. Os que, por ocasião do fim da concessão pública da RCTV, levantaram bem alto a bandeira da “liberdade de expressão e imprensa”, são os mesmos que se calaram frente à ocupação militar da TV pública venezuelana para que esta não noticiasse que Chávez não renunciara, e sim fora deposto e preso por generais golpistas a serviço daqueles mesmos velhos interesses.

Sobre esses fatos, Eduardo Coutinho escreve:

O Governo poderia ter processado a emissora e encarcerado seus donos por conspiração e atentado contra a segurança do Estado, mas não o fez. Esperou que vencesse a concessão pública – a licença que a RCTV tinha para desinformar – e, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça, não renovou essa licença. Brandindo a Constituição, Chávez criou, em seu lugar, a Televisora Venezolana Social (TVes), com um perfil educativo, comunitário e cultural. Algo, sem dúvida, bastante diferente dos faustinhos e ratões oferecidos pela RCTV. Não se trata, como bem afirmam seus opositores, de uma TV “imparcial”. Sem dúvida, a TVes está em sintonia com o projeto bolivariano de resistência ao neoliberalismo e aos desmandos de Bush na América Latina, com a organização de uma ova hegemonia política por meio de um redirecionamento do sistema informativo. Não poderia jamais ser “imparcial. Mesmo porque, ao contrário do que afirmam os meios de difusão (deixemos de chamá-los de meios de comunicação) não existe, nem pode existir, um discurso, uma programação ou uma visão de mundo socialmente neutra, imparcial. Toda fala é a fala de um sujeito histórico e, de alguma forma, corresponde a seus interesses e anseios. O mito da imparcialidade aparece, assim, como uma forma de apresentar como universais as idéias particulares e essencialmente parciais das elites dominantes; uma forma de silenciar as vozes dissonantes, contra-hegemônicas.

De repente, a Globo, a CNN, a Veja, a Condolessa Rice, o Senado norte-americano e os milionários donos da RCTV – quanta gente boa e imparcial – se fazem arautos da liberdade de imprensa. E, em sua defesa, são capazes de tudo! A CNN em espanhol, por exemplo, em cujo site pode-se ler que nos últimos dez anos “se caracterizou por seus valores éticos: a independência de critérios, a equidade, a imparcialidade”, mostrou imagens do “protesto contra o fechamento da RCTV” que, na realidade, eram de um protesto em Cancun, México, contra o assassinato de um jornalista nessa cidade (Coutinho, 2007).

Às 0 horas e 20 minutos do dia 28 de maio de 2007, a TVes - Televisora Venezolana Social - inicia suas transmissões pelo canal 2. Dando materialidade à Lei de Responsabilidade Social no Rádio e Televisão – Lei Resorte, de janeiro de 2005 – a nova emissora abre espaço inusitado às produções locais e independentes, quebrando o monopólio das redes de radiodifusão privadas e espelhando uma nova correlação de forças no que toca à direção cultural da sociedade venezuelana engendrada a partir do ascenso dos movimentos sociais.

#### 4- Hegemonia e contra-hegemonia: o papel das mídias públicas e comunitárias na constituição de um novo bloco político na Venezuela

Com o início das transmissões da *Televisora Venezolana Social – Tves*, sofre duro golpe o “monopólio da fala” que, por décadas, alicerçou e organizou a hegemonia das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade venezuelana. Agora, a opinião pública no país tem ao seu alcance um espectro mais plural de fontes de informação, com maior oferta de conteúdos locais e nacionais voltados à construção de consciências críticas, reflexivas acerca das transformações sociais e políticas em curso.

Mas por opinião pública não se pode entender algo metafísico e supra-classista, mas sim uma arena de disputas entre classes ou frações de classe pela hegemonia na direção ético-política da sociedade. Sobre o tema, Eduardo Coutinho cita Gramsci ao escrever:

Observa-se que “o que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política” (Cadernos do Cárcere, vol 3, pág. 265). No regime burguês, no qual a opinião pública é o fundamento da legitimidade da dominação política, a hegemonia envolve a mobilização e indução de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação, propaganda e entretenimento.

A opinião pública é, assim, para Gramsci, “o ponto de contato (...) entre o consenso e a força” (CC, v.3, pág.265). Expresso pelos chamados órgãos formadores de opinião, o consenso da maioria justifica, legitima e dá sustentação à ação coercitiva do Estado (CC, v.3, p.95), o qual, “quando quer iniciar uma ação pouco popular cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (CC, v.3, p.265). Por isso, diz ele, *Existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.* (CC, v.3, p.265)

Mas se o bloco político liderado pelos bolivarianos fez-se dirigente no âmbito da sociedade política com as sucessivas vitórias eleitorais de Chávez e a conquista do aparelho de estado, é débil ainda sua hegemonia no âmbito da sociedade civil, com amplos segmentos médios da população fazendo-lhe oposição obstinada. Algo inusitado se tomarmos por referência as concepções gramscianas de ascenso ao poder como fenômeno gradativo e processual, numa lenta “guerra de posições” através de estratégias de

argumentação e persuasão. Para Gramsci, “um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente”(CC, 2002, vol. 5, pág. 62).

Mas uma forte presença estatal no campo da comunicação social poderia mesmo ser tomada como expressão de um movimento contra-hegemônico e plural pautado pela imperiosa superação da ordem do capital? No caso da Venezuela, a articulação das políticas públicas de comunicação e cultura com os movimentos sociais e suas produtoras independentes responde positivamente a essa questão. Sobre isso, Denis de Moraes argumenta:

Antes de relacionar o quadro de intenções reformistas com as políticas de comunicação e cultura adotadas por governos progressistas, devemos explicitar o intrincado cenário midiático na América Latina. Sem isso, seria difícil compreender por que a interferência estatal se impõe como fator relevante à reorganização dos setores de informação e cultura em moldes mais diversificados e pluralistas.

Um reduzido número de megagrupos controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e difusão de dados, sons e imagens, exercendo larga influência na conformação do imaginário social. Esses conglomerados ambicionam lucratividade a qualquer preço e pregam a regulação das demandas coletivas pelo mercado, sem levar na devida conta identidades, tradições e anseios dos povos.

O vasto potencial de consumo, o espanhol como o segundo idioma da globalização, a carência por tecnologias avançadas e a ausência de legislações antimonopólicas motivaram corporações, principalmente norte-americanas, a incrementar seus negócios na América latina. É um dos continentes mais rentáveis ao escoamento de bens e serviços multimídias. A consultoria Pricewaterhouse Coopers projeta, para o quadriênio 2009-2012, crescimento anual médio de 10,6% das indústrias de entretenimento latino-americanas, bem acima de importantes indicadores econômicos.

(BM, Moraes, 2009, pág. 109)

Justifica-se, portanto, a presença do estado não apenas por sua imperiosa ação reguladora orientada no sentido de uma maior democratização do espectro radioelétrico, focada na mobilização de produtores nacionais independentes que expressem as identidades culturais e tradições dos povos latino-americanos e fortaleçam os sentidos de pertencimento

e auto-estima, historicizados na perspectiva de um novo padrão civilizatório. Justifica-se também pelo quadro profundamente oligopolizado da comunicação social na região onde as produções norte-americanas respondem por nada menos que 77% da programação das emissoras de televisão do continente e estão, intrinsecamente, orientadas na produção do consenso conservador.

É nesses termos, de luta de classes pela hegemonia político-cultural na sociedade venezuelana, que surge a TVes. Por decisão judicial, detém a posse provisória das instalações e equipamentos da famigerada RCTV, com o que transmite seu sinal para todo o território nacional. Baseou-se a justiça no direito constitucional dos venezuelanos à informação, considerada serviço de interesse público, e no espírito da Lei Resorte quanto à democratização do espectro radioelétrico e à produção de conteúdos independentes voltados à promoção do senso crítico e ao progresso social.

Segundo o INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social, constitui-se na Venezuela um “sistema público misto” de comunicação social:

Considera-se “caráter público” a característica de organizações que possuem pelo menos algum tipo de mecanismo que envolva a sociedade civil em sua gestão, ainda que esteja submetida hierarquicamente a um órgão governamental. Dependendo do ponto de vista da conceituação de “sistema público” ou “sistema estatal”, a TVes poderia ser encaixada como sistema estatal por haver, em sua gestão, clara predominância decisória governamental. Porém, adotou-se aqui o termo “caráter público” por se tratar de (1) uma fundação, ainda que criada por decreto; (2) por ter princípios estatutários voltados para uma idéia razoavelmente consistente de “comunicação pública” e (3) pela participação de dois membros da sociedade civil em seu conselho diretor, ainda que esse segmento seja minoritário. No caso da radiodifusão comunitária, o conceito de “público” se torna mais conceitualmente aplicável. (INTERVOZES, 2009, p. 258)

Principal projeto político contra-hegemônico do governo bolivariano no campo da comunicação social, a TVes não se concentra, ao menos nesses seus primeiros tempos, na produção de conteúdos e sim na transmissão de produções independentes a cargo de outras

organizações sociais ou comunitárias. É gerida administrativa e financeiramente por uma Fundação cujo Conselho Diretor é composto por um Presidente Executivo, nomeado pela autoridade máxima da pasta da comunicação, e quatro Diretores Executivos, indicados pelos titulares dos Ministérios da Educação, Ensino Superior, Telecomunicações e Cultura.

Dois outros diretores executivos são indicados por entidades da sociedade civil com mandato de um ano, renovável por mais um. Ao Conselho Diretor cabe, além das decisões administrativas, a definição de diretrizes sobre a grade de programação que, em linhas gerais, é diversificada e compreende jornalismo, teledramaturgia, programas de entrevistas e opinião, variedades, educacionais, infantis, entretenimento, documentários, música, esportes e especiais sobre a história e cultura venezuelanas e latino-americana. O orçamento da TVes é, fundamentalmente, provido por rubrica no orçamento federal, mas seu estatuto prevê o aporte de recursos provenientes de publicidade paga e doações de entidades privadas ou governamentais. Como sua programação é composta, sobretudo, por produtores nacionais independentes, a receita proveniente de publicidade é inexistente ou, na melhor das hipóteses, desprezível. A propaganda veiculada é, portanto, limitada aos patrocinadores das produções transmitidas e assim mesmo sujeitas às restrições previstas nos estatutos da emissora.

À TVes, somam-se outras organizações de caráter eminentemente estatal, que constituem o *Sistema Nacional de Meios Públicos*, em que o discurso político bolivariano de promoção da identidade nacional se faz mais evidente:

**VTV – Venezolana de Televisión** apresenta em sua grade programas jornalísticos esportivos, infantis, de opinião e entrevistas, musicais e documentários, e está à frente da TVes em audiência.

**ANTV-** emissora da Assembléia Nacional voltada à divulgação das sessões legislativas do parlamento venezuelano.

**Ávila TV-** voltada à programação infanto-juvenil.

**Vive TV -** emissora educativa alicerçada na produção nacional independente de conteúdos em estreita associação com as mídias comunitárias. Busca a promoção da consciência crítica dos cidadãos, fortalecendo seu papel protagonista na história recente do país.

**RNV – Rádio Nacional da Venezuela**, emissora oficial do governo venezuelano, possui várias bandas de frequência com programação voltada a públicos específicos: informativo (630 AM), juvenil (103,9), popular (880 AM) e clássico (91,1 FM). Em janeiro de 2008, buscando incrementar sua audiência entre os segmentos mais populares da sociedade venezuelana, vai ao ar a Rádio Alba Ciudad AM, voltada à difusão da música popular caribenha e às radionovelas.

Há, ainda, duas outras instituições que complementam o sistema público de radiodifusão: o IRT – Instituto de Rádio e Televisão, encarregado da produção de conteúdos, e a Red TV, voltada à transmissão e distribuição dos sinais de todas as emissoras governamentais.

Em linhas gerais, o Sistema Público de comunicação vem buscando elevar seus índices de audiência pela via da diversificação de sua programação, evitando, dessa forma, a concorrência direta entre seus próprios veículos.

Ocupa-se, ainda, o governo de alicerçar a independência tecnológica no campo das telecomunicações e, em outubro de 2008, fruto de convênio com a República Popular da China, lança o satélite Simon Bolívar e anula a dependência do país em relação aos serviços de transmissão via satélite da DirecTV.

Em 2005, sob o slogan “Nosso norte é o sul” surge a **Telesur**, emissora de televisão constituída a partir do consórcio de seis países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. É uma emissora essencialmente informativa que tem como “sul” editorial a integração dos povos latino-americanos e a constituição de sujeitos críticos, informados e aptos ao pleno exercício da cidadania. Busca apresentar o outro lado da política internacional com informações contextualizadas na perspectiva de uma nova ordem comunicacional, mais democrática e plural. Sua grade é composta essencialmente de programas jornalísticos, de debates e opinião, reportagens especiais e documentários produzidos nos diversos países que integram o consórcio. Seu Conselho Assessor dá bem a medida de sua orientação política progressista: Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Atílio Boron, Adolfo Perez Esquivel, Tariq Ali, Gianni Miná, Walter Salles Jr., Ernesto Cardenal e Fernando Solanas, entre outros intelectuais. A Telesur mantém um portal na internet que é considerado fonte alternativa obrigatória para quem pretende a informação livre do crivo ideológico e político das agências de notícias internacionais.

Pascual Serrano, um dos principais idealizadores da linha editorial da emissora sob o lema “Independência sim, neutralidade jamais”, assim a define:



Ante qualquer debate público, não devemos perguntar-nos qual deve ser a posição editorial, nem se devemos compartilhar ou não a iniciativa de um governo; nossa obrigação é pesquisar o que pensam os grupos sociais afetados: ambientalistas, camponeses, trabalhadores, indígenas, etc. A eles devemos dar a voz para que expresse sua posição, o que não nos impede de escutar as posições oficiais. Temos que ter claro que os conflitos sociais nunca são um espetáculo, são o choque de interesses entre duas forças sociais e temos de explicar a posição de cada uma delas. (...) Mas também devemos fugir do panfleto e da arenga. A Telesur não nasce para organizar os povos nem para mobilizar ninguém. Para isso existem os coletivos sociais. Nós só pretendemos transmitir sua voz ao mundo, dizer a verdade silenciada pelos grandes meios e fornecer as chaves que permitam aos cidadãos entender uma realidade que os poderosos tentam ocultar por trás do colorido, da frivolidade e da mentira dos grandes meios de comunicação.

(MORAES, 2009, p. 128)

A Telesur tem ainda uma audiência bastante baixa se confrontada com a magnitude do projeto, algo estimado entre 5 e 6 milhões de telespectadores. Segue excluída dos canais de TV aberta por razões de ordem política e a retransmissão de seus conteúdos está restrita às emissoras governamentais dos países integrantes do consórcio. Está excluída também dos pacotes das operadoras de TV paga em todos os países, algo inexplicável pela ótica comercial se tomarmos em conta que seu sinal é disponibilizado gratuitamente. Nega-se, portanto, a milhões de assinantes a oportunidade de acesso a um outro tipo de programação essencialmente educativa e informativa, afinado com os anseios de prosperidade, justiça social e soberania dos povos da América Latina. Curiosamente, o mesmo não ocorre com a TVN, a emissora estatal chilena, que por sua programação comercial e financiamento convencional pela via da publicidade paga, tem a distribuição de seu sinal garantida na maior parte dos pacotes de TV por assinatura.

Embora fuja ao escopo desse breve trabalho, merece alguma atenção as razões da não adesão do Brasil ao consórcio patrocinador da Telesur. O assunto é polêmico e suscita posições exaltadas como a de Tariq Ali, membro do Conselho Editorial da Telesur, para quem as razões são óbvias:

Acabou que o próprio Brasil se excluiu. ‘Por que vocês não apóiam a Telesur?’, perguntou Chávez a Lula alguns anos atrás. ‘Não sei’, respondeu, ligeiramente envergonhado, o presidente brasileiro. O motivo era óbvio. Como um leal partidário do Consenso de Washington, Lula não tinha desejo nem vontade de se opor à mídia brasileira, nem de incomodar Washington.

(ALI, 2008, p. 179-180)

Dênis de Moraes aborda o assunto em *A Batalha da Mídia* e fez a pergunta diretamente à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Por que o governo Lula não aderiu ao projeto da Telesur? E transcreve a resposta recebida:

O Estado brasileiro optou por criar seu próprio projeto de comunicação sul-americano por entender que existe, na região, um espaço público de comunicação em processo de formação. A existência de vários projetos dessa natureza não concorre entre si, ao contrário, se fortalecem mutuamente e afirmam este espaço em consolidação. Esta decisão levou em conta a ênfase dada pelo Ministério das Relações Exteriores na política externa voltada para o fortalecimento do Mercosul. Nesse contexto, foi estruturado o Canal Integración, primeiro canal público internacional do Estado brasileiro e uma emissora especializada em América do Sul, cuja missão é estimular o intercâmbio de informações culturais, jornalísticas e institucionais entre esses países, e contribuir assim para o fortalecimento do processo de integração da região (...) A natureza dos dois projetos também contribui para que exista uma complementaridade natural, pois a Telesur tem uma programação essencialmente jornalística, enquanto o Canal Integración tem em sua grade conteúdo majoritariamente cultural. Ao mesmo tempo, e é importante frisar, o Estado brasileiro, por meio da TV Brasil-Canal Integración, sempre se colocou parceiro da Telesur, seja pela sistemática troca de conteúdos, seja pela exibição de programas ou realização de coberturas compartilhadas

(MORAES, 2009, p. 129)

A rigor, o Canal Integración não possui ainda uma banda de frequência própria para a transmissão de seus conteúdos, que são exibidos através de convênios com outras emissoras nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, como, por exemplo, a Telesur, o Canal Futura (Fundação Roberto Marinho) e o Canal 7, da Argentina.

No que concerne à Telesur, não há propriamente um consenso quanto à sua linha editorial mesmo quando nos reportamos às opiniões de especialistas de esquerda. Considerada “chavista” ou “panfletária” por alguns e conservadora quanto à estética e formato dos programas exibidos por outros, a emissora tem, no entanto, o mérito de difundir imagens e conteúdos produzidos na América Latina para a América Latina, uma visão de si mesmo por si mesmo e, nesse aspecto, é pioneira em escala continental. Antes dela, apenas emissoras norte-americanas como a CNN em espanhol e Fox News transmitiam para o continente conteúdos claramente atravessados pela visão hegemônica do grande irmão do norte. Nas palavras de Ignácio Ramonet, um de seus mais qualificados

conselheiros, “A Telesur é a resposta. Constitui a primeira tentativa de libertação audiovisual e de descolonização midiática” (Moraes, 2009, p. 132).

Às emissoras oficiais públicas e estatais, somam-se as inúmeras rádios e TV's comunitárias na construção contra-hegemônica do poder popular na Venezuela. Segundo o Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação, estão em desenvolvimento mais de 500 projetos de comunicação popular no país e, até maio de 2008, 44 emissoras comunitárias de TV e 123 estações de rádio estavam em pleno funcionamento. Para 2010, prevê-se a instalação de outras 14 novas emissoras de rádio e de 6 novas TV's comunitárias. E esses dados referem-se apenas às emissoras autorizadas pela Comissão Nacional de Telecomunicações – CONATEL, e outras dezenas não autorizadas devem estar no ar nesse momento ( fonte: [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve) , em 09/12/2009).

O apoio do governo bolivariano às mídias comunitárias é impensável em países como o Brasil que, mesmo no governo Lula, continua a perseguir e tratar as rádios e TV's comunitárias como questão de polícia. Os coletivos de comunicação comunitária integrantes do Sistema Nacional de Meios Alternativos e Comunitários recebem apoio tecnológico do Minci na forma de doação de estúdios de produção e transmissão completos, equipados com mesas de mixagem, antenas, transmissores, microfones, computadores e programas de edição, câmeras digitais, kits de iluminação, etc. As comunidades contam ainda com o apoio e treinamento técnico para a instalação e operação dos equipamentos.

O papel dos meios de comunicação comunitários na construção de um processo comunicacional contra-hegemônico na Venezuela, alicerçado em formas de democracia direta no âmbito dos Conselhos Comunais – ou “comunas socialistas” como preferem os militantes bolivarianos – , ficou evidente no contra-golpe de abril de 2002, com a retomada do Palácio de Miraflores. Na ocasião, coube a eles mobilizar o povo pobre dos “barrios” do entorno de Caracas e cercar os golpistas no palácio presidencial. As imagens do retorno de Chávez ao poder transmitidas posteriormente pelas emissoras oficiais, até então ocupadas e silenciadas por contingentes militares, foram, quase todas, obtidas por comunicadores comunitários e suas câmeras portáteis.

O Sistema Nacional de Meios Alternativos e Comunitários constituiu-se com o propósito de quebrar o “monopólio da fala” exercido pelas grandes corporações midiáticas, cuja dimensão mais funesta evidenciou-se no fracassado golpe de abril de 2002. Em sua base orgânica estão o Movimento Nacional de Meios Alternativos e Comunitários - MoMAC e a Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos – ANMCLA. Juntas, essas entidades congregam centenas de coletivos de comunicação comunitária que tem, como missão precípua, a tarefa de promover o livre debate das

questões sociais mais candentes da sociedade venezuelana e mobilizar a opinião pública em torno dos objetivos centrais da revolução bolivariana.

A oposição acusa o governo de tentar cooptar os coletivos de comunicação comunitária através de financiamentos, assistência tecnológica e doações de equipamentos de radiodifusão. Talvez queiram uma mídia comunitária tão imparcial quanto a grande mídia golpista a serviço de seus interesses. O Ministério da Comunicação e Informação esclarece:

A comunicação popular tem sido potencializada através da capacitação e da outorga de recursos e ferramentas, permitindo que meios comunitários saiam da luta clandestina e contribuam para a criação de uma cultura que resgate valores como a solidariedade, a igualdade e a paz; para o desenvolvimento da criatividade e da inteligência, assim como para a geração de uma nova consciência política.

(MORAES, 2009, p. 163)

Questões como a autonomia e independência das mídias comunitárias frente ao governo certamente estão na pauta dos inúmeros encontros promovidos pela ANMCLA e MoMAC. São questões cruciais que dizem respeito à própria legitimidade do poder popular construído a partir das bases dos movimentos sociais, auto-geridos de acordo com processos decisórios estabelecidos em seus próprios estatutos.

Segundo o documento constitutivo do *Sistema Público Nacional de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária* (disponível em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve), em 02/12/2009), ele é fruto das contribuições recolhidas em 13 encontros regionais realizados durante os anos de 2008 e 2009 que reuniram centenas de veículos de comunicação alternativos e comunitários, responsáveis pela comunicação dos Conselhos Comunais, estudantes de comunicação social da Universidade Bolivariana da Venezuela, atores, artistas plásticos, grafiteiros, artesãos, representantes de cooperativas, de sindicatos de trabalhadores e de comunidades indígenas, produtores nacionais independentes, militantes ambientalistas entre muitos outros segmentos sociais.

O Sistema supõe a articulação de uma base de significados e relações produzidas desde a prática da comunicação social e humana natural, mas orientada pela consciência crítica para transformar a realidade. O sistema se renova com o crescimento, fortalecimento e consolidação dos projetos comunicacionais a partir do âmbito regional-comunitário. Não se submete ao crivo governamental e tampouco busca promover as versões oficiais sobre os

mais diversos fatos da vida societal ou a institucionalização dos projetos de comunicação comunitária.

## **VISÃO GERAL DO SISTEMA**

1. Articulação com os diferentes atores da comunicação popular, alternativa e comunitária.
2. Cadastro de meios alternativos e comunitários de radio, meios impressos, televisão e páginas da WEB
3. Acompanhamento da trajetória dos meios alternativos e comunitários em termos da sua legitimação social pela comunidade em que está imerso.
4. Transformação dos marcos jurídicos da comunicação alternativa e comunitária e sua adaptação à prática cotidiana do fazer comunicacional.
5. Abordagem sistêmica da produção dos meios populares, alternativos e comunitários que congregue os esforços das entidades, Estado e comunidade, considerando como elemento dinamizador do sistema a inter-relação desses diversos atores.
6. Articulação com o Sistema Público de Mídias Nacionais Oficiais, Sistema Educacional e Sistema de Treinamento e Capacitação Popular com o propósito de atender às necessidades técnicas, de produção, de equipamentos e suporte dos comunicadores populares.
7. Criação de um sistema único de informação, gestão e acompanhamento das trajetórias dos comunicadores populares, das mídias alternativas e comunitárias e dos responsáveis pela comunicação de instituições e organizações sociais vinculadas.
8. Promoção e facilitação dos trâmites administrativos para o controle e avanço da gestão da comunicação popular, alternativa e comunitária como fator de efetividade da ação política do Estado.
9. Integração local e regional das instituições com vistas a fortalecer e potencializar os projetos comunicacionais e o trabalho dos comunicadores populares para o desenvolvimento econômico e sócio-cultural harmonioso.

Representação Gráfica do Sistema:



Ao enunciar seus princípios fundamentais, o Sistema Público Nacional de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária expressa, de forma inequívoca, sua natureza contra-hegemônica na perspectiva de superação da ordem do capital e da globalização excludente:

- Inclusão e igualdade de condições
- Municipalização e desenvolvimento regional
- Socialização e potencialização de recursos
- Participação, poder popular e consciência crítica
- Regularização de procedimentos e práticas administrativas
- Integração, articulação e harmonização dos esforços
- Humanismo, socialismo, persistência e unidade
- Legitimação social das mídias populares e comunitárias, co-responsabilidade e pertencimento

Em sua dimensão educacional, o SNCPAC propõe um modelo de formação integral, socialista e permanente que supere a tradição ou tendência reativa das mídias comunitárias e alternativas para converterem-se em um espaço de encontro e ensino onde se compartilhe

as experiências e saberes da comunicação popular com base na metodologia de se “aprender fazendo”. Busca-se, primordialmente, o rompimento com o sistema de formação tradicional dominante a partir da construção de novos referenciais para a comunicação e para a vida; uma forma de fazer comunicação que parte fundamentalmente dos acontecimentos da rua, da comunidade, do país, em uma linguagem simples e cotidiana que permita o reencontro de cada um consigo mesmo.

Neste sentido, a formação político-ideológica é transversal a este enfoque na exata medida em que demanda as ferramentas que permitam desmontar a mentira e transformar a realidade, que enseje uma nova alfabetização como ação libertadora do pensamento e da criatividade, que inspire uma nova forma de educar para a vida, a soberania e a verdade.

O documento afirma ainda não ser possível uma formação socialista, integral e permanente se não se unificam os programas de formação das diferentes entidades voltadas à formação de comunicadores populares e comunitários. Propõe estabelecer nos currículos escolares os conhecimentos resultantes da experiência em comunicação popular, alternativa e comunitária como, por exemplo, os jornais escolares. É a partir dessa visão que se deve pensar uma formação educacional com caráter de permanência e integralidade, que possa apontar vocações para a comunicação social, para a afirmação do papel do comunicador necessário à transformação do país.

O SNCPAC também propõe a criação de uma escola de formação e capacitação de caráter permanente, voltada a “formar formadores”, produtores comunitários, assessores de comunicação dos Conselhos Comunais, produtores nacionais independentes e demais comunicadores populares.

No que concerne à produção de conteúdos, o sistema propõe as mensagens transformadoras dirigidas ao desenvolvimento de uma consciência social profunda que recupere os espaços públicos, o senso do coletivo, e permita o exercício da soberania popular sobre as grandes corporações midiáticas ainda dominantes em um contexto de participação, articulação e democratização do fazer comunicacional. Nesses termos, propõem-se conteúdos integradores, humanistas, não excludentes e não discriminatórios, que promovam a soberania, o sentido de pertencimento, os valores históricos, pluriétnicos e culturais venezuelanos.

Concebida pelo SNCPAC como tarefa formadora de cidadania, a produção de conteúdos deve ser ferramenta capaz de ativar uma cultura coletiva, participativa, protagonista e orientada para a inserção da comunidade local num projeto maior de país. Conteúdos próprios que não se turvem na imitação de formatos capitalistas hegemônicos e contribuam para com o fortalecimento do controle social sobre os meios de comunicação.

Para o Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação, “o SNCPAC veio ‘para dar poder ao povo, qualificar seus espaços e desenvolver suas técnicas’. Parte-se da premissa de que a produção informativa e cultural deve dar ênfase às questões sociais, sem os crivos ideológicos e mercantis da grande mídia” (Moraes, 2009, p.161).

Sobre a democratização do espectro radioelétrico e a ampliação dos espaços de participação popular nas mídias populares e alternativas, Guadalupe Rodriguez, coordenadora da rádio comunitária *Ao Son Del 23*, dá o seu depoimento:

A democratização do espectro radioelétrico é uma necessidade imperativa para o processo revolucionário, porque durante a quarta república o povo não tinha acesso aos espaços de comunicação, sendo que os que tinham o poder econômico nesse país eram os que monopolizavam esse direito. O 11 de abril foi uma demonstração do comportamento parcial dos meios de comunicação privados que respaldaram o golpe de estado. Por esse motivo é importante fortalecer a voz do povo através dos meios alternativos e comunitários, o que só é possível reordenando o espectro radioelétrico.

As ações do Conselho Nacional de Telecomunicações estão em consonância com a Lei e, portanto, não existe violação da liberdade de expressão. Ao contrário, na Venezuela prevalece a liberdade e a democracia, apesar de setores da oposição empreenderem uma campanha midiática para demonstrar o contrário. A burguesia venezuelana rechaça as ações do CONATEL porque vão contra seus interesses econômicos, uma vez que por muitos anos dominaram o espaço radioelétrico. Sem dúvida, o Estado está atuando sob o marco jurídico e constitucional. A democratização desse espaço é a oportunidade que tem os venezuelanos para debater seus problemas e serem protagonistas de uma nova história, que estamos escrevendo com o governo bolivariano liderado pelo presidente Hugo Chávez. A direita venezuelana, até agora, tem feito o que quis com os meios de comunicação, como é o caso de uma emissora privada que, 24 horas por dia, produz notícias nocivas para a população e que satanizam a imagem do presidente Chávez. Há que se dar um basta para que não continuem atentando contra a estabilidade do país.

As emissoras comunitárias cumprem um papel fundamental na articulação da coletividade porque são a ferramenta de integração e soberania popular, razão pela qual a democratização do espectro radioelétrico contribui com a visão socialista que consiste em alcançar a maior felicidade, justiça social e igualdade para todos.

(Disponível em [www.minci.gov.ve/entrevistas](http://www.minci.gov.ve/entrevistas), em 03/12/2009)

Para Jesús Suárez, diretor geral da emissora comunitária Catia TV, que teve papel destacado no contra-golpe de 2002, afirma que ainda persiste na Venezuela uma grande latifúndio midiático no que toca ao espectro radioelétrico, em que pese a multiplicação acentuada de mídias comunitárias:



Na Venezuela, o espectro radioelétrico está ainda em poucas mãos, persiste ainda um verdadeiro latifúndio midiático. Apesar da multiplicação acelerada das mídias comunitárias e alternativas, seu alcance, no que diz respeito à potência e grau de transmissão, é mínimo se comparado às emissoras comerciais. Muitos dizem que, em razão dessa multiplicação, o maior latifundiário de mídia é o Estado, mas não é assim, porque a razão desse nascimento são as necessidades de um povo que pedia para ser escutado e que não tinha voz nem voto nas televisões e rádios comerciais. Para isso, é necessário que o sinal da comunicação popular chegue e chegue com força e para que isso se converta em realidade precisamos de *espaço* Radioelétrico. Isso equivale a dizer que os que tem muito cedam um pouco para que possamos realmente democratizar a comunicação. Trata-se de colocar as concessões públicas em um patamar justo, o que tem a ver com toda uma luta e uma guerra midiática que vem se dando em função de que as mídias comerciais vem agindo segundo seus próprios interesses econômicos que são mercantis. De nosso lado, estamos promovendo a democratização da comunicação porque é um direito humano, que pertence a todos nós, que não podemos ceder e nem podem nos usurpar.

Nas mídias comunitárias, 70% da programação é feita pela comunidade, em um processo de formação e capacitação sobre como fazer televisão, rádio, grafites, etc. Trata-se de obter as ferramentas primordiais para poder levar à frente uma política informativa verdadeiramente independente e efetivamente transformar a comunicação em nosso país, considerando que as mídias comunitárias, com seu alcance tão pequeno, tem que lutar contra o monstro hegemônico como são as mídias comerciais. Precisamos nos equiparar a essas mídias para que o povo tenha ferramentas de igual potência e possa fazer valer a sua voz.

(Disponível em [www.minci.gob.ve/entrevistas](http://www.minci.gob.ve/entrevistas), em 03/12/2009)

Como estes, outros tantos depoimentos de militantes sociais em mídias comunitárias constituem o testemunho vivo do forte movimento comunicacional contra-hegemônico que se difunde por todo o território venezuelano. Tanto na produção de conteúdos críticos a partir das realidades sociais mais imediatas quanto na operação dos equipamentos de radiodifusão, milhares de jovens se capacitam profissionalmente ao tempo em que se constroem como sujeitos políticos das transformações observadas no país.

## **5- O Marco Regulatório da radiodifusão: reforma ou revolução?**

Promover a democratização dos meios de comunicação significa, necessariamente, rever os marcos regulatórios do setor de forma a refrear a monopolização e fomentar a comunicação comunitária e popular. E a reforma desse arcabouço legal, pela virulência dos interesses econômicos implicados, chega, muitas vezes, às raias da ruptura revolucionária, como atesta a guerra sem trincheiras travada entre o governo bolivariano de Hugo Chávez e as grandes corporações midiáticas por ocasião do fim da concessão pública à RCTV.

O incentivo aos produtores nacionais independentes, o estabelecimento de cotas para a apresentação de conteúdos nacionais e regionais, a definição do alcance e potência máxima das rádios e TV's comunitárias e a “reforma agrária radical” nos grandes latifúndios do espectro radioelétrico são, sem sombra de dúvidas, temas candentes a gerar infundável celeuma no âmbito da sociedade civil latino-americana.

E não poderia ser de outra forma, pois que é no âmbito da comunicação social que se dá a disputa pela hegemonia político-cultural e pelo protagonismo histórico na direção da sociedade.

Na Venezuela, com a promulgação da Lei de Responsabilidade Social no Rádio e Televisão – Lei RESORT, um novo equilíbrio entre os interesses dos titulares das concessões de rádio e televisão e as justas demandas do estado e da sociedade foi estabelecido.

Em seu artigo primeiro, seu espírito se manifesta de forma inconfundível: Esta Lei tem por objetivo estabelecer, na difusão e recepção de mensagens, a responsabilidade dos prestadores de serviço de rádio e televisão, os anunciantes, os produtores nacionais independentes e usuários e usuárias, para promover o equilíbrio democrático entre seus direitos, deveres e interesses a fim de fomentar a justiça social e contribuir para com a formação da cidadania, a democracia, a paz, os direitos humanos, a cultura, a educação, a saúde e o desenvolvimento social e econômico da nação, em conformidade com as normas e princípios constitucionais e a legislação para a proteção integral das crianças e adolescentes, da seguridade social, da livre concorrência e da Lei Orgânica das Telecomunicações. As disposições da presente lei se aplicam a toda imagem e som cuja difusão e recepção tenham lugar dentro do território da República Bolivariana da Venezuela.

E o absoluto respeito ao pluralismo e a liberdade de expressão está consagrado em seu artigo 2º: O espectro radioelétrico é um bem de domínio público; a matéria regulada nesta lei é de interesse público e suas disposições são de ordem pública. A interpretação e aplicação desta lei estará sujeita, sem prejuízo dos demais princípios constitucionais, aos princípios da livre expressão de idéias, opiniões e pensamento; comunicação livre e plural; proibição de censura prévia; responsabilidade ulterior; democratização; participação; solidariedade e responsabilidade social; soberania; segurança da nação e livre concorrência.

Em maio de 2008, o Ministério da Comunicação e Informação oficializou a conformação dos primeiros Comitês de Usuários para o acompanhamento da programação dos canais de concessão pública de bandas de radiofrequência. Sua missão é verificar a conformidade dos conteúdos veiculados em relação aos dispositivos da Lei Resort.

Os protestos dos barões da comunicação não se fizeram esperar e ecoaram bem alto na Venezuela, até porque dispõem dos meios técnicos para “amplificar” a sua voz. A Sociedade Interamericana de Imprensa alega que a Lei Resort fere a liberdade de expressão em razão de dispositivos vagos que permitiriam interpretações arbitrárias e cerceadoras. Como exemplo cita o trecho da referida Lei em que afirma “Toda pessoa tem direito à informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura, assim como à réplica e retificação quando se vir afetada diretamente por informações inexatas ou agravantes”. Difícil aceitar o argumento quando até mesmo legislações atrasadas como a brasileira prevêm o direito de resposta.

Denis de Moraes aborda o assunto em *A Batalha da Mídia*:

Hugo Chávez diz que nunca o país teve uma legislação tão afirmativa em favor da liberdade de expressão e proteção da cidadania quanto a abusos da mídia: ‘Uma emissora de televisão não pode estar incitando ao ódio, isso é um delito. Não pode estar incitando a um golpe de estado, isso é um delito. Foi o que ocorreu na Venezuela quando do golpe de abril de 2002. Todas as televisões privadas alinharam-se com o golpe e incitavam o povo às ruas. Davam voz aos militares golpistas e tiravam a voz do povo e a voz do governo. (...) Então, estamos aplicando a Constituição e a Lei, precisamente para resguardar a liberdade, entre elas a sã liberdade de expressão’

(MORAES, 2009, p.145)

É com base nesse espírito e alicerçado nessa legislação que o Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação abriu processo administrativo contra a Globovisión por sua participação e incitamento ao golpe de estado de 2002.

Por se tratar o espaço radioelétrico um bem de domínio público, não poderia deixar de ser regulado de acordo com os superiores interesses da sociedade. Na Venezuela, a democratização dos meios de comunicação social procura levar às últimas conseqüências o inalienável direito do povo de ter acesso a essa ferramentas de persuasão e indutora de consensos sociais. Não apenas como sujeito protagonista de sua própria história, mas também como locutor de notícias de si mesmo.

Se o que assistimos na Venezuela quanto à democratização dos espaços de radiodifusão é reforma ou revolução pouco importa. Com certeza é uma conflagrada guerra de posições em que as grandes corporações midiáticas vem perdendo terreno em favor da comunicação popular, alternativa e comunitária. Mas não são apenas os grandes latifundiários da comunicação social que choram por seus interesses feridos. Centenas , senão milhares, de comunicadores populares e suas entidades de comunicação comunitária clamam por mais alcance e mais potência para as suas transmissões.

## 6- Conclusão

Ao nos debruçarmos sobre os processos comunicacionais contra-hegemônicos em curso na Venezuela, muitas dúvidas afloram às nossas reflexões e nos angustiam. Haverá um limite intransponível que se interponha ao exercício da soberania popular naquele país? Será mesmo a experiência venezuelana um novo paradigma para a superação do capitalismo na perspectiva de um novo padrão civilizatório, popular e socialista? Em que termos o “socialismo do século XXI” conviverá com a propriedade privada e avançará nos marcos estritos da institucionalidade liberal-burguesa?

São questões em aberto que talvez o tempo e a razão possam responder. Mas só o fato de se colocarem como questões instigantes em um tempo de superação do ideário neoliberal e suas verdades atemporais, já nos fortalecem na convicção de que um outro mundo é possível, um mundo em que a ordem do capital, intrinsecamente concentradora e excludente, dê lugar a uma outra cosmovisão onde as ações cooperadas e solidárias dos cidadãos na busca da paz e da prosperidade para todos sejam possíveis e desejadas por todos. A Venezuela de Hugo Chávez e dos bolivarianos é lição de persistência combativa e proclama a imperiosa necessidade de um novo equilíbrio entre o público e o privado.

Que sirva de exemplo para os socialistas combatentes da América Latina e de alerta para os barões da comunicação no Brasil, reificadores do desejo ou da fé, que, por hora, seguem lançando ao “éter de brigadeiro” os seus latifúndios midiáticos.

De 14 a 17 de dezembro de 2009, terá lugar em Brasília a **1ª Conferência Nacional de Comunicação**, onde todas as questões abordadas nesse breve trabalho deverão ser debatidas intensamente por entidades e segmentos da sociedade civil que, de alguma forma, afetam ou são afetadas pela regulação que se pretenda dar à comunicação social no Brasil. Em meio ao consenso neoconservador de que Lula e seu governo são a expressão suprema, ainda que sob a égide da governabilidade possível, sempre é tempo de repetir, mesmo que só em pensamento, *Hasta la victoria, siempre!*

## BIBLIOGRAFIA

ALI, Tariq. *Piratas do Caribe: o eixo da esperança*, Rio de Janeiro: Record, 2008.

ATHAYDE, Phydia de. “Rádios comunitárias lutam para não ser fechadas nem apropriadas por políticos ou religiosos” in: [www.piratininga.org.br](http://www.piratininga.org.br)

COUTINHO, Eduardo Granja, organizador. *Comunicação e Contra-Hegemonia*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE, João; PAIVA, Raquel; organizadores, *Mídia e Poder*, Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja; “A Ideologia da Imparcialidade: considerações sobre o governo Chávez e a liberdade de expressão” in: *Jornal da AdUFRJ*, Rio de Janeiro, 12/06/2007.

DIAS, Fernandes Edmundo. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (vols. 1, 2, 3 e 4). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001.

IANNI, Otávio. “O príncipe eletrônico” in *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 139-166.

INTERVOZES. *Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo*, São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.

FONTES, Virgínia. “Intelectuais e mídia: quem dita a pauta?” In: Eduardo Granja Coutinho (org.) *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ (no prelo).

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MINÁ, Gianni. *O Continente Desaparecido*, Rio de Janeiro: Record, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Denis de. *A Batalha da Mídia*, Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

SCHLESENER, Anita H. *Revolução e cultura em Gramsci*: Curitiba, Editora UFPR, 2002.

#### **PÁGINAS DA WEB:**

- [www.leyresorte.gob.ve](http://www.leyresorte.gob.ve)
- [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)
- [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve)
- [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)
- [www.oglobo.globo.com](http://www.oglobo.globo.com)
- [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)
- [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)